

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Lealdina Telles da Motta

RESUMO

O objetivo deste estudo é mostrar a importância e contribuição da psicologia na Educação Inclusiva. A pesquisa se valerá do registro de Lei, Documentos e autores que versam sobre o assunto e procura levar o leitor a refletir sobre a educação inclusiva e as relações entre a Psicologia, as práticas educacionais, educação especial e o papel do psicólogo no contexto da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Psicologia. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The purpose of this study is to show the importance and contribution of psychology in Inclusive Education. The research will use the Law and Documents registry and also some authors that deal with the subject and try to lead the reader to reflect on inclusive education and the relations between Psychology, educational practices, special education and also the role of the psychologist in the Context of education.

KEY WORDS: Education. Psychology. Inclusive education

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2006 apresentou dados que relatavam a existência de cerca de 600 milhões de pessoas com algum tipo de necessidades especiais. Desse contingente, 400 milhões viviam em países em desenvolvimento. O relatório ainda menciona que 82% das pessoas consideradas especiais vivem abaixo da linha de pobreza e, que em sua maioria, é constituída de crianças. Estima-se que no Brasil, 15% da população apresentam algum tipo de necessidade especial, possuindo carência física, psicológica ou social. Embora a questão da inclusão suscite grandes discussões no meio acadêmico, ainda não se pode afirmar com segurança, quais os métodos mais eficazes para a sua efetiva implementação.

Diversos documentos internacionais foram elaborados pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas documentos esses norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros, incluindo o Brasil, signatário desses documentos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (1998) e “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”; Declaração de Salamanca (2012); Convenção da Guatemala (2010) e a Declaração de Montreal (2004) são alguns desses documentos internacionais produzidos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada em 1948, estabeleceu, no seu artigo 1º, que “[...] todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...]” (1948, p. 1) e, no artigo 7º, que “[...] todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei [...]” (1948, p. 2). Isto é, os referidos artigos consideram o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da sociedade, de forma igual e inalienável, devendo ter seus direitos protegidos pelo Estado.

No aspecto referente as políticas de inclusão, dois acontecimentos marcaram o cenário mundial, quando analisada a vertente da educação: a “Declaração Mundial de Educação para Todos” resultado da Conferência Mundial de Educação, realizada em

Jomtien na Tailândia, em 1990 e a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), oriunda da Conferência Mundial que tratou do acesso à escola de crianças com necessidades educativas especiais.

No Brasil, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu Art. 5º determina que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Será punido na forma da lei qualquer atentado, tanto por ação quanto por omissão, aos seus direitos fundamentais”. Já no Art. 54, parágrafo III, do mesmo diploma legal encontramos que “É dever do Estado, assegurar à criança e ao adolescente portador de deficiência, atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino”.

É interessante destacar a importância deste tema, uma vez que, apesar do avanço com relação à inclusão de crianças com necessidades especiais no contexto escolar, ainda existem muitos desafios a serem superados. Por isso, a inclusão é hoje, pauta em trabalhos da área de Psicologia, porque envolvem comportamentos, como afetos, condições de saúde e educação, que fazem parte de discussões sobre a inclusão escolar e social. A Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) ressalta que a provisão de serviços de apoio é extremamente importante para o sucesso de políticas educacionais inclusivas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) também estabelece no artigo 58, inciso I; que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem como um de seus princípios a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, de forma que a educação para os “alunos com necessidades especiais” aconteça, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Atualmente, a política educacional prioriza a educação para todos e a inclusão de alunos que, há pouco tempo, eram excluídos do sistema escolar, por portarem deficiências físicas e/ou cognitivas. Entretanto, um grande número de alunos (crianças e adolescentes), que ao longo do tempo apresentaram dificuldades de aprendizagem e que estavam fadados ao fracasso escolar, pôde frequentar as escolas e eram rotulados em geral, como “alunos difíceis”. Contudo, estes alunos (difíceis) ou deficientes podem através do conhecimento e aprendizado se projetarem para um futuro garantido.

O movimento de inclusão nas Instituições educacionais tem como base aspectos legais, bem como políticos e sociais que tem como finalidade a promoção satisfatória de propostas educacionais de forma a incluir os alunos na rede regular de ensino.

Dessa forma, refletir, pois, sobre a contribuição da Psicologia na educação inclusiva é muito importante quando se entende que a figura do psicólogo escolar como apoio aos estudantes com necessidades educacionais especiais, atua para além de outros apoios, como o professor e outros profissionais, tais como consultores, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. A psicologia na educação teve em Vigotsky um de seus principais percursores. Vygotsky surge na psicologia num momento significativo para a nação russa, pois logo após a Revolução, e a conseqüente emergência de uma nova sociedade, que demandou a constituição de um novo homem. Nesse sentido, a primeira missão que a Revolução imprimiu para a psicologia foi à análise dos problemas de aplicação prática. Por sua formação humanista e sua bagagem cultural, Vygotsky reunia as condições necessárias para idealizar uma nova concepção de Educação, Pedologia (ciência da criança) e Psicologia (LUCCI, 2006).

Conforme Lucci (2006), Vygotsky propõe um estudo sócio-genético do ser humano, bem como estabelece relações com as condições biológicas, principalmente no que diz respeito aos aspectos neurológicos, objetivando evitar reducionismos e simplificações de qualquer espécie. Ele apresenta a abordagem Sociointeracionista, onde o desenvolvimento humano se dá na relação entre parceiros sociais, nas trocas, através dos processos de interação e mediação.

A educação concebida a partir dos trabalhos de Vygotsky é vista como uma “educação dialógica sócioconstrutivista, onde o indivíduo é identificado nas interações sociais, ou seja, é por meio da relação com o outro e por essa mesma relação, que o indivíduo é determinado”.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. Participam desta luta, cadeirantes, deficientes visuais, auditivos e mentais. O termo inclusão é utilizado,

neste caso, para designar toda e qualquer política de inserção de pessoas ou grupos excluídos na sociedade.

Incluir significa também engajar à sociedade pessoas que não possuem condições financeiras dentro dos padrões impostos pela sociedade como os idosos e os negros. Estes segmentos possuem leis específicas como, por exemplo, o Estatuto do idoso (2003), cotas para afro descendentes que desejam entrar nas universidades, de forma a inseri-los no mundo trabalho.

A educação especial voltada especificamente para o atendimento da parcela da população excluída foi conceituada, na Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, que Instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Esta, alicerça-se como um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que garanta recursos e serviços educacionais especiais, estabelecidos institucionalmente como forma de apoio, complemento, suplemento, ou até mesmo como substituto de alguns serviços educacionais comuns, de forma a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (Brasil, 2001, p. 1).

Assim, Educação Inclusiva é uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças, como também a concepção de ensino cujo objetivo é garantir o direito de todos à educação.

A educação inclusiva tem se constituído um grande desafio no decorrer de toda a história da Psicologia. Isto, em decorrência dos novos e mais variados métodos e perspectivas em torno dos resultados obtidos. A reflexão sobre educação inclusiva leva-nos a pensar nas relações entre psicologia, práticas educacionais, educação especial e, como consequência disso, no papel social do psicólogo.

Campos (1996) ressalta que a história da Psicologia mostra que a atuação do psicólogo, tanto na educação como em outras áreas, não é neutra e responde a demandas que se inscrevem em um contexto político econômico, social e cultural, estando sujeita às suas especificidades.

Patto (1984) sinaliza para uma característica que marca a história da Psicologia Científica desde o seu surgimento no final do século XIX e que de acordo com outros autores, vem mantendo ao longo da história da disciplina e das diferentes

propostas: a contradição entre o reconhecimento da subjetividade e das diferenças individuais e, ao mesmo tempo, um movimento de controle destas diferenças através da construção de padrões de normatização.

Pode-se afirmar que a atuação do psicólogo na área da educação excepcional esteve sujeita a equívocos e censuras.

A experiência da psicóloga Antipoff (1992) apresenta uma situação a que também hoje estão sujeitos os psicólogos que trabalham na educação do excepcional na escola pública ou em escolas especiais. Vale ressaltar que a autora apesar das diferenças e contradições que marcaram o conteúdo de sua obra e do resultado de suas intervenções, ela sempre pensava na inclusão dos excepcionais, seja em um sistema público de ensino, seja na sociedade.

Outra ênfase dada por Antipoff (1992) é o papel do meio ambiente na produção da excepcionalidade e na forma de como lidar com ela. Sua argumentação é de que a localização das escolas nas cidades não se constituiria no local mais indicado para a educação das crianças excepcionais quando afirmou:

Escolas para excepcionais devem ser localizadas fora das cidades. O local natural é o campo. Espaços mais largos permitem movimentos mais amplos. Os ritmos da vida são ali mais regulares: o sol, melhor que o relógio, e os sinos marcam as horas, convidando ao trabalho e ao sono. (...) A estética do ambiente é o fundo no qual se perfilarão as ações dos adolescentes. Esses rapidamente, eles mesmos, ou com o auxílio dos educadores, procurarão a harmonia, fugindo do chocante visível e da cacofonia das discordâncias. E, assim, paulatinamente, se aproximam das regras da vida social e moral. (p.149-150).

Atualmente a Educação inclusiva ainda continua sendo um tema bastante discutido. Os problemas que aparecem estão sujeitos às contradições, uma vez que, a fala que vigora ao mesmo tempo em que propõe a inclusão, teme-se que esta gere a segregação. Entretanto, estas sujeições, temores e possibilidades, não devem levar à paralisação e nem devem ser tomadas como limites intransponíveis, mas como desafios para as novas propostas, as quais precisam ser planejadas e implantadas visando um futuro onde se perceba a real inclusão apesar das dificuldades que surgirão por conta das nossas intervenções.

É preciso, portanto, que os psicólogos tenham em mente que suas propostas e intervenções, são dotadas de efeitos sociais que não podem ser desprezados e que precisam atuar de forma que os ideais de uma educação inclusiva não venham a tornarem-se instrumentos de segregação.

A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

De acordo com a sociologia da educação o processo educacional não pode ser desvinculado do espaço de aprendizagem, ou seja, do espaço em que ocorrem as atitudes e implicações cotidianas. O desenvolvimento do discente estará acontecendo atrelado ao estudo da sociologia, que irá aperfeiçoar o conhecimento social e promoverá o entendimento frente aos diferentes comportamentos dos grupos sociais.

Emile Durkheim (1858-1917) é um dos principais nomes que creditava que a educação está contígua com a vida social, uma vez que os homens foram responsáveis pela criação da escola. Durkheim foi um dos primeiros sociólogos a atestar que a escola se refere a uma instituição imprescindível para a formação, visto que a sociedade e a escola se completam e, portanto devem interagir. Para o sociólogo francês, a principal função do professor é formar cidadãos capazes de contribuir para a harmonia social. Nas relações sociais, a educação serve para refrear e equilibrar os interesses pessoais e sociais, contribuindo para alteração social, porém está encontra-se aliada a outros fatores que assegurarão essa transformação.

Assim, conforme Durkheim, em cada aluno há dois seres inseparáveis, porém distintos. Um deles seria o que o sociólogo francês Durkheim chamou de individual. Tal porção do sujeito - o jovem bruto -, segundo ele, é formada pelos estados mentais de cada pessoa. O desenvolvimento dessa metade do homem foi a principal função da educação até o século 19. Principalmente por meio da psicologia, entendida então como a ciência do indivíduo, os professores tentavam construir nos estudantes os valores e a moral.

Nesta perspectiva, a educação deve ser baseada na interdisciplinaridade, onde os conteúdos trabalhados sejam dados em harmonia com as disciplinas e com as realidades dos discentes.

A PSICOLOGIA EDUCACIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O papel da Psicologia não é meramente emitir laudos, ou aplicação de testes psicológicos, mas sim disponibilizar suas técnicas para adequar o aluno especial visando a sua socialização. De acordo com Cabral e Nick (1979) a Psicologia Educacional é um ramo da Psicologia que estuda as leis fundamentais do desempenho humano e sua aplicação no campo da educação para o processo de aprendizagem da criança. Por isso, considera-se que a Psicologia Educacional é responsável pelo fornecimento da base para as teorias praticadas na Educação.

A Psicologia Educacional e escolar é importante para os alunos que apresentam alguma necessidade especial, oferecendo subsídios teóricos e metodologia apropriada para a realização da inclusão destes alunos nas escolas regulares. O lúdico tem atravessado tempos e lugares diversos, sendo necessário despertar na criança a capacidade de absorver informações dos mais diferentes tipos e relacioná-los com a realidade circundante. A ludicidade se expressa por várias linguagens e reconhecê-las, é reconhecer a especificidade da infância; é descartar o discurso que fala da criança, deixando-a falar por si só; é valorizar a corporeidade, em vez de dicotomizar o ser humano em corpo e alma.

O lúdico cria vínculos entre o educador e a criança, propiciando melhor aprendizagem na criança através de brincadeiras, bem como a socialização das mesmas.

Na opinião de Mellander (2006, p.23) “[...] é muito mais fácil adotar bons princípios educativos se você não tiver que ensinar”. Ou seja, é mais fácil criar formas de ensinar do que atuar com crianças especiais. Isto ocorre porque, quem desenvolve os livros didáticos não tem ideia dos processos pelos quais as crianças se encontram psicologicamente e os fenômenos que atrelados a elas, interferem diretamente no processo de desenvolvimento.

O processo de aprendizagem das crianças com necessidades especiais requer a atuação conjunta de Psicólogos, professores, familiares e escola considerando a perspectiva de que a criança está inserida em determinada situação social. Os pressupostos de Vigotsky também possuem uma grande influencia com o lúdico, tendo em vista que a questão central do teórico é a aquisição de conhecimentos através da interação do individuo com o meio, onde o mesmo é visto como interativo, que adquire conhecimento a partir das relações interpessoais e de troca com o meio ao qual está imerso.

(GLAT; OLIVEIRA, 2004, P.5). Para as autoras, incluir o aluno com necessidades especiais em classes regulares, é preciso levar em conta sua história de vida, classe social, cultura e etnia.

A participação do profissional da Psicologia nas escolas é sem dúvida, de bastante relevância no sentido de promover a cidadania e diminuir o distanciamento entre a família, a escola e toda a sociedade.

A atuação do profissional de Psicologia no contexto educacional durante algum tempo, esteve limitado à avaliação e ao diagnóstico de crianças indicadas por professores de escolas regulares, as quais supostamente apresentara algum tipo de deficiência mental. Este profissional era responsável por elaborar laudos e encaminhar crianças para as classes especiais ou não.

Hoje esses profissionais oferecem suporte aos professores de educação regular e especial por meio da coleta e da busca de dados relacionados às crianças e suas dificuldades investigam as possíveis variáveis que interferem na manutenção dos problemas, analisa condições ambientais e interpessoais, propõe e desenvolve estratégias e plano de intervenção, assim como também avalia os resultados obtidos (MacNamara, 1998).

Pires e Pires (1998) afirmam que o desafio inicial da proposta de inclusão é a realização de um trabalho que favoreça a conscientização de educadores, da equipe técnica, das famílias e da comunidade a respeito das novas demandas produzidas por essa política, principalmente quando nos reportamos para a sociologia da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a política educacional prioriza a educação para todos e a inclusão de alunos que, há pouco tempo, eram excluídos do sistema escolar, por portarem deficiências físicas ou cognitivas. Um grande número de alunos (crianças e adolescentes), que ao longo do tempo apresentaram dificuldades de aprendizagem e que estavam fadados ao fracasso escolar frequentaram as escolas e eram rotulados em geral, como alunos difíceis. Entretanto, não se pode negar que o conhecimento e/ou aprendizado tem presença garantida em qualquer projeção que se faça do futuro. Por isso

há um consenso de que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação. Isto pode ser ratificado ao perceber a importância dada à educação enquanto reguladora da vida social, na perspectiva de do sociólogo Émile Durkheim, perspectiva onde a educação indispensável a uma determinada sociedade é identificada pelos costumes dessa sociedade, algo construído de forma coletiva e não individual.

Todo cidadão possui seus direitos garantidos não só na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como também na Constituição Federal Brasileira, de 1988. Além desses, existem diversos outros documentos que destacam que todos somos iguais perante a lei.

O artigo 208 da Constituição Brasileira especifica que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988), condição que também consta no artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA BRASIL 1990). Entretanto, a legislação também obriga as escolas a qualificarem professores de ensino regular para atender aos alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns. Toda criança portadora de deficiência não precisa procurar uma escola especializada, ela tem direito a cursar em instituições regulares; sendo também dever dos professores elaborar e aplicar atividades que leve em conta as necessidades específicas delas.

Apesar do exposto, é fato que diversas são as pessoas que acabam por ter seus direitos violados, entre essas pessoas estão os portadores de deficiência que, por muitas vezes, terminam por ficar excluídos do acesso aos bens e serviços disponíveis para todos. Esses direitos precisam ser percebidos, reconhecidos e respeitados dentro da realidade de cada indivíduo que apresente algum tipo de necessidade, e isso depende do cumprimento dos direitos humanos, compreendendo a ação de todos contra a discriminação e o preconceito.

Este artigo também embasado na abordagem de Vygotsky acerca do importante papel que a educação e os educadores têm para a mudança social, além de procurar contribuir, de alguma maneira com a educação no sentido de transpor o instituído, é transformar um legado que descarta, em definitivo, quaisquer interpretações duvidosas acerca de seus estudos filosóficos, no entanto, devemos registrar, que não estamos diante de situações apenas que implicam só os aspectos cognitivos, Vigotsky também

contempla os sentimentos envolvidos nas situações infantis, estabelecendo a ideia de que existe uma relação entre os sentimentos e o pensamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Francesca. Psicologia escolar: ética e competência na formação e atuação profissional. Campinas: Alínea, 2003.

ANTIPOFF, Helena. Educação dos excepcionais. Em Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff – Educação do Excepcional. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa Helena Antipoff, p 149-150, 1992.

BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: Unesco, 1994.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em < [http:// portal. MEC.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf)>. Acesso em: 15 agosto 2014.

_____. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Unesco: Jomtien/Tailândia, 1990.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Constituição Federal do Brasil de 1988 art ... Disponível em <stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 15 jul.2018.

Brasília 2018 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Constituição da República Federativa do Brasil Atualizada até a EC n. 99/2017

CABRAL, Álvaro; NICK, Eva. Dicionário Técnico de Psicologia. São Paulo: Cultrix, 1979.

CAMPOS, R. H. de F. Em busca de um modelo teórico para o estudo da História da Psicologia no contexto sociocultural. Coletâneas da ANPEPP. São Paulo: Educ, 1, n.15, 1996.

Durkheim, Émile. Educação e Sociologia, 132 págs, Edição 70, Livraria Portugal. Acesso em 27 de agosto de 2017, as 10h:05min.

Educação Inclusiva diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva acesso em 29?08/2018

LUCCI, Marcos A.. A Proposta de Vygotsky: a Psicologia Sócio Histórica. Professorado (Granada), v. 10, p. 01-10, 2006

MACNAMARA, Ksthy. Adoption of. Intervention – based assessment for special education. School Psychology International, v. 19.p.251-266, 1998
Mellander 2006, p.23 www.trabalhosfeitos.com/topicos/mellander

OLIVEIRA, 2004, P.5 www.trabalhosfeitos.com/.../autor-oliveira-2004/0.

PATTO, M.H.S. Psicologia e Ideologia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PIRES, José; PIRES, Gláucia. A integração escolar de crianças portadoras de necessidades especiais na classe regular: implicações legais e compromisso social. Integração, v. 10, n. 20.p. 23-26,1998.

VYGOTSKY, Lev. A formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.